

A CHINA E OS CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Rodrigo Shiozawa Coelho ¹

Resumo

Este trabalho analisa a dinâmica econômica chinesa com enfoque na inserção internacional do país através da ampliação de seu comércio mundial, conexão entre novas regiões e entrega de bens públicos. As transformações desse novo tipo de globalização são inúmeras na região Sul-Sul em comparação com o mundo unipolar neoliberal da década de 1990. A ênfase da pesquisa se dá na China do século XXI e sua ligação com a América Latina e a questão problema se configura em como o comércio chinês nessa região pode favorecer o desenvolvimento dessa economia e impulsionar uma integração regional. O objetivo geral do texto é o de entender a expansão comercial chinesa e sua motivação com uma maior atenção às trocas com a América do Sul. A metodologia escolhida foi a exploratória-analítica a partir de uma pesquisa bibliográfica, além de investigações com uma visão crítico-dialética em uma mentalidade universalizante e totalizante.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Planejamento; Geoeconomia; Rota; Ascensão.

CHINA AND DEVELOPMENT PATHWAYS IN LATIN AMERICA

Abstract

This study analyzes China's economic dynamics, focusing on the country's integration into the global economy through the expansion of its international trade, the connection between new regions, and the provision of public goods. The transformations brought by this new type of globalization are numerous in the South-South region compared to the unipolar neoliberal world of the 1990s. This work focuses on 21st-century China and its ties to Latin America and the text question is how Chinese trade in this region can foster the development of Latin American economies and promote regional integration. The overall objective of this text is to understand China's commercial expansion and its underlying motivations, with a particular focus on trade with South America. The chosen methodology was exploratory-analytical, based on bibliographic research, in addition to

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPQ e membro do Grupo de Pesquisa Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE-UFSC), rodrigoshiozawa@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0008-4127-4039>

investigations with a critical-dialectical perspective within a universalizing and totalizing vision.

Keywords: Development; Planning; Geoeconomics; Route; Rise.

CHINA Y LAS VÍAS DE DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA

Resumen. Esta investigación analiza la dinámica económica china, con enfoque en la inserción internacional del país a través de la expansión de su comercio mundial, la conexión entre nuevas regiones y la provisión de bienes públicos. Las transformaciones que ha traído consigo este nuevo tipo de globalización son numerosas en la región Sur-Sur en comparación con el mundo neoliberal unipolar de la década de 1990. El énfasis se sitúa en la China del siglo XXI y su relación con América Latina, y la cuestión central se plantea en cómo el comercio chino en esta región puede favorecer el desarrollo económico y promover la integración regional. El objetivo general es comprender la expansión comercial china y sus motivaciones, con especial atención a los intercambios con América del Sur. La metodología elegida fue exploratoria-analítica, basada en la investigación bibliográfica, además de estudios con una perspectiva crítico-dialéctica dentro de una mentalidad universalizadora y totalizadora.

Palabras clave: Desarrollo; Planificación; Geoeconomía; Ruta; Ascenso.

Introdução

A China passou por um intenso processo de crescimento econômico a partir das reformas econômicas de 1978, sendo representado por alguns indicadores. O país, habitado por 1,4 bilhão de pessoas e constituindo em torno de 17% da população mundial, obteve uma taxa média de crescimento anual do PIB de 9,2% no período de 1980 e 2018 (JABBOUR; DANTAS, 2021, p. 288). Para os anos “entre 1978 e 2020, a taxa de crescimento do PIB movimentou de 149,5 bilhões de dólares para estratosféricamente 14,72 trilhões. No que se refere à renda per capita, em 1980, passou de US\$ 307, para US\$ 10.483,38, em 2020” (PRESTES; ESPÍNDOLA, 2023, p. 148).

Sobre alguns aspectos dos fluxos internacionais, os investimentos externos diretos da China para o resto do mundo saíram de US\$ 0,8 bilhão em 1990 para US\$ 101,9 bilhões em 2017 (JABBOUR; GABRIELE, 2021, P. 144), em 2009 a nação tornou-se o maior exportador mundial de bens e em 2013 o maior comerciante global. A capacidade da indústria chinesa foi se solidificando na medida em que no ano de 1990 nenhuma

empresa chinesa figurava na listagem da revista *Fortune* e em 2011 as empresas em destaque eram 69. Em 2019 o número havia subido para 124 e a maior parte delas eram estatais (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 272-273). Em dados mais recentes, verifica-se que de “2013 a 2018, o país contribuiu, em média, com mais de 28% do crescimento econômico mundial” (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 272). No que concerne ao comércio entre China e América Latina, os números passaram de 12 bilhões de dólares em 2000 para mais de 224 bilhões em 2019, sendo o ano de 2010 o ano de maior impacto na virada da interação entre o país e a região (PAUTASSO; NOGARA, 2024).

Este texto analisa a dinâmica econômica chinesa com enfoque na inserção internacional do país através da ampliação de seu comércio mundial, conexão entre novas regiões e entrega de bens públicos. A ênfase da pesquisa se dá na China do século XXI e sua ligação com a América Latina. A questão problema se configura em como o comércio chinês nessa região pode favorecer o desenvolvimento dessa economia e impulsionar uma integração regional.

A partir de um Estado capaz de enxergar as mudanças internacionais que ocorriam dentro do mundo socialista e capitalista e uma mentalidade guiada pelo desenvolvimento das forças produtivas e da qualificação do planejamento, a China passou a alçar novos patamares nas cadeias globais de valor. Dessa forma, a ascensão chinesa, acelerada a partir da década de 1980, apresenta-se como valiosa para exemplificar um caso de sucesso econômico e incremento tecnológico, além de ser um parceiro essencial do subcontinente da América do Sul e Latina como um todo.

O objetivo geral do texto é o de entender a expansão comercial chinesa e sua motivação com uma maior atenção às trocas com a América do Sul. O método escolhido foi o exploratório-analítico e uma pesquisa bibliográfica foi exercida. Alguns dos trabalhos examinados incluem estudos de Jabbour e Gabriele (2021), Pautasso e Nogara (2024), Silveira e Montanha (2024), bem como Prestes e Espíndola (2023), os quais oferecem uma base analítica para a compreensão das transformações políticas e econômicas chinesas no século XX e o salto qualitativo dado após 1978.

Para a elaboração do texto em pauta, conta-se com uma visão crítico-dialética em uma mentalidade universalizante e totalizante que consiga também enxergar o objeto de pesquisa pelas suas particularidades e história características, configurando uma maior complexidade de estudo à sociedade em questão. As contradições históricas e a busca por uma observação dinâmica são essenciais para o trabalho (SANTOS, 2014).

O texto está composto desta introdução e da conclusão, além de duas seções dentro do desenvolvimento. A primeira expõe as origens e marcos fundamentais da Nova Rota da Seda, debatendo um outro modelo de globalização com parcerias ganha-ganha e oportunidades tecnológicas para os parceiros. É apresentado o enfoque chinês em abertura de linhas de comércio em zonas periféricas para sua capacidade ociosa direcionada à indústria de base e serviços de engenharia, assim como as crescentes trocas comerciais no século XXI entre América Latina e China, além de inúmeros investimentos em infraestrutura e energia. Na segunda etapa, abre-se espaço para a trajetória histórica chinesa, principalmente após 1978, e a maneira pela qual o Estado teve sucesso em se integrar na economia global e subir nas cadeias globais de valor a partir de uma visão de longo prazo e ampliação da capacidade de planejamento econômico.

A Nova Rota da Seda e a América Latina

A República Popular da China a partir de 1978 passou por profundas transformações econômicas que se materializaram nas Quatro Modernizações, destacando-se os setores da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. Após as reformas, a nação manteve sua estabilidade política e estabeleceu que o socialismo não significa pobreza. O país possui políticas de altas taxas de investimento na média dos 40% nas últimas quatro décadas, dentro do panorama de um setor financeiro poderoso e estatal capaz de gerar um ciclo de acumulação constante e planejado. Além disso, a necessidade de obtenção de tecnologia ocidental mais avançada não implicou abertura econômica ilimitada, já que há restrições sobre a livre entrada e saída de capitais, diminuindo a propensão a crises (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 196).

Progressivamente o dragão asiático foi ficando mais eficiente no processo de *catching-up* tecnológico em relação a grandes potências, praticando substituição de importações, obrigações de transferências tecnológicas para empresas estrangeiras que vão sendo aprimoradas e enormes fundos governamentais para áreas estratégicas (MANZO, 2025).

Nesse contexto de aperfeiçoamento da economia chinesa e expansão de suas próprias capacidades, uma das estratégias comerciais chinesas passa pela Rota da Seda contemporânea, tendo início no ano de 2013. A Rota detém seis corredores principais de conexão econômica, contando com interligações regionais com a China através de meios de transporte multimodais, assim como investimentos em setores de energia. A Nova Rota da Seda, com o nome formal de Iniciativa Cinturão e Rota, se caracteriza por rotas marítimas e cinturões terrestres.

A Nova Rota da Seda retoma o circuito de integração entre inúmeras regiões do mundo que teve início durante o ano de 130 a.C. na conexão entre Índia e a civilização greco-romana. Ela se insere em um momento histórico de modificações da globalização neoliberal liderada pelos EUA em um mundo que havia se tornado unipolar a partir de 1991 com a queda da URSS. Essa Rota oferece um novo tipo de comercialização mundial, sendo que o país asiático possui outras pretensões daquelas do país norte-americano (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 71).

Essa nova dinâmica chinesa de globalização pode ser constatada pela história da China e também pelas evidências da geoeconomia de inserção internacional no século XXI pelo comércio e não pelas guerras. A maior parte das dinastias do dragão asiático demonstraram uma ausência de agressividade e espírito colonialista. As dinastias mais expansionistas foram estrangeiras, como a Yuan e Qing. A China frequentemente aplicava o conceito de “Império do Meio” e reconhecia a si mesmo como o centro mundial. Contudo, tradicionalmente esse reconhecimento por parte das civilizações ao redor, algumas vassalas da sociedade chinesa, era suficiente para a harmonia diplomática com seus vizinhos (HOLCOMBE, 2011).

Assim sendo:

[...] a civilização chinesa se expandiu para a Coreia, o Japão, o Vietnã e outros territórios vizinhos não por meios militares, mas por relações comerciais e de alianças políticas frouxas (protetorados), sendo que as dinastias não-chinesas (mongol e manchu) foram as mais beligerantes, como nos casos do Tibet e do Sinkiang (MAMIGONIAN, 2008, p. 163).

Noções importantes da política externa chinesa contemporânea são as cooperações ganha-ganha, o futuro compartilhado e a prosperidade comum em uma geopolítica baseada na economia e na expansão de parceiros comerciais, além dos investimentos em bens públicos e trocas de tecnologias. Os principais investimentos se concentram nas áreas de energia e infraestrutura.

A partir de 2013, a China tornou-se o país com maior volume de comércio externo, assim como um grande exportador de investimento externo direto (IED), de 0,8 bilhão de dólares em 1990 para 101,9 bilhões de dólares em 2017 (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 144). De 2013 até 2024, foram mais de 755 bilhões de dólares em investimentos em países que aderiram à Nova Rota da Seda, e, entre 2014 e 2019, a união de investimento externo direto (IED) e projetos de construção somou mais de 100 bilhões de dólares anuais, sendo 2015 o ano de pico com 127,47 bilhões de dólares (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 78).

Grande parte dos investimentos chineses se enquadram em obras de infraestrutura e serviços de *know-how* para engenharia. Algumas das intenções com a Rota são, portanto, a abertura de demanda para a capacidade ociosa de capital em financiamento para produção industrial de base, além desses conhecimentos para trocas tecnológicas (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 75).

Outra justificativa essencial para a Nova Rota da Seda está na própria diversificação de rotas do comércio chinês, principalmente no que se refere ao Dilema de Malaca, estreito por onde passa 80% do petróleo cru importado pela China. O desenvolvimento de polos regionais fortalecidos que possam criar uma globalização mais multipolar e com firme atracção pelo papel chinês na entrega de bens públicos também consiste em mais uma necessidade para a Nova Rota da Seda (POMAR, 2023, p. 123).

A diplomacia chinesa:

atua visando explorar linhas de menor resistência, pois as necessidades infraestruturais de países periféricos são explícitas. Assim, a China cria demanda para sua supercapacidade ociosa em capital disponível para financiamento, em produção industrial de base (aço, cimento, máquinas etc.) e em *know-how* em serviços de engenharia. Além disso, o fomento às obras de infraestrutura viabiliza fluxos comerciais e fortalece o efeito gravitacional da economia chinesa (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 75).

Nem todos os investimentos estão conectados diretamente à iniciativa de 2013, pois alguns países entraram depois. Contudo os dados demonstram essa integração entre regiões a partir de projetos em infraestrutura. O capital chinês concentra-se em obras de transporte, energia e comunicações, com atuações marcantes do *China Development Bank* (CDB), o *Export-Import Bank of China*, assim como do AIIB, banco multilateral sob comando de Pequim (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 79). Como exemplo representativo dos modelos de comércio, a China entrou em um acordo com o Irã envolvendo, por 25 anos, a venda de petróleo, principalmente, por parte do país em troca de infraestrutura, como a construção do metrô de Teerã, e transferência de tecnologia. Esse comprometimento aborda outras áreas como energia verde (VIDAL, 2021).

A Rota da Seda de 2013 tem como alvo principal a integração regional da Ásia e posteriormente uma ligação com a Europa. Entretanto, a África e América Latina e Caribe também são vistos pelos chineses como parte conjunta da Rota. A China possui interesse na conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico a partir da construção de portos e ferrovias passando pela América do Sul, atravessando o Brasil e chegando ao Peru, por exemplo (POMAR, 2023, p. 107).

Os laços comerciais entre China e América Latina foram se aprofundando cada vez mais a partir do início do século XXI com o chamado *boom* das *commodities* e pela demanda do país asiático em recursos naturais. Os números do comércio entre China e América Latina passaram de 12 bilhões de dólares em 2000 para mais de 224 bilhões em 2019. A China é o maior parceiro comercial da América do Sul e, contando com a América Latina inteira, fica em segundo lugar, somente atrás dos EUA (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 95). Os principais produtos exportados mantiveram-se em certas *commodities* como soja, minérios e petróleo, com alguns países tendo superávit e outros déficit comerciais.

Brasil, Peru e Chile, por exemplo, se enquadram no primeiro grupo, enquanto México e Colômbia, no segundo (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 95).

A institucionalização chinesa para o subcontinente americano em forma multilateral deu-se, por exemplo, com o Fórum China-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a entrada como membro observador da Organização dos Estados Americanos (OEA), como membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e como consultor do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No II Fórum China-CELAC em 2018, a China deixou claro que os países da América Latina e do Caribe se constituem como parte da Rota da Seda Marítima (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 98). Dezenove países do subcontinente adentraram na Rota da Seda, sendo oito países (Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) da América do Sul e oito do Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Jamaica e Trinidad e Tobago), como informam Pautasso e Nogara (2024, p. 98).

No que concerne ao Peru, mais especificamente, os projetos no setor de mineração de Marcona com a exploração de ferro e os de Las Bambas e Toromocho com o de cobre se complementam com o investimento alto nos transportes, principalmente nos portos de Chancay e Ilo. Na Venezuela, construiu-se a termelétrica de La Cabrera e a usina elétrica de El Vigía. Na Bolívia, há capital inserido em desenvolvimentos para exploração de lítio na região sul do país (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 99).

O Brasil recebe investimentos consideráveis e no século XXI aumentou o comércio com a China. Entretanto, eles poderiam ser maiores caso o país latino-americano integrasse a Nova Rota da Seda. A própria desarticulação de uniões no subcontinente produzida durante os governos liberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro abriram espaço para que a China pudesse ocupar o espaço esvaziado pela liderança regional brasileira.

Em termos mais internos, a Operação Lava-Jato de 2016 teve o papel de desmontar indústrias e cadeias produtivas brasileiras em setores como metalmecânico, construção civil e engenharia nuclear. A perda em importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante os governos liberais citados

deram mais oportunidade para as empreiteiras chinesas da construção e as petrolíferas (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 96).

Na América Central, existe uma questão geográfica e histórica de proximidade com os Estados Unidos que diminui a possibilidade de investimentos chineses, ainda que sejam relevantes. A própria atratividade menor dessa região em termos de recursos naturais em comparação com a América do Sul é um fator (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 101).

Há oportunidades, exemplificadas historicamente no período de Getúlio Vargas e sua equidistância pragmática, para os países do subcontinente que souberem explorar a rivalidade sino-estadunidense em prol de maior integração e entrega de bens públicos para as respectivas nações, desejando maior autonomia e menos confrontos desnecessários. Tendo uma visão de totalidade, inúmeros são os projetos em infraestrutura protagonizados entre China e países latino-americanos. E com uma consciência nacional de longo prazo, pode-se definir o tamanho e tipo de investimento com o dragão asiático em uma parceria ganha-ganha.

Ainda assim, é bom ter em mente que o futuro aponta para um novo polo gravitacional. De 1930 a 1980, o polo mais avançado do capitalismo foi se formando de fato nos EUA e seu capitalismo financeiro concentrado. Contudo, a partir de 1980 e a financeirização econômica, os EUA não conseguiram oferecer muito além de instabilidades e golpes com a finalidade de evitar seu declínio e o fortalecimento de um mundo multipolar e multilateral. Esse modelo apresenta uma China guiada por princípios diferentes e baseada em uma real produção industrial.

Planejamento chinês e inserção internacional

O desenvolvimento das forças produtivas foi enfatizado a partir dos planos governamentais após 1978, assim como o incremento das técnicas e instituições de Estado voltadas ao planejamento. As buscas pelas Quatro Modernizações (ciência e tecnologia, defesa, indústria e agricultura) se sobressaíram nesse processo de reformas institucionais que orientou adaptações em direção a um planejamento combinado ao mercado. (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA, 2020, p. 34). Na década de 1990, algumas

reformas foram conduzidas pelo governo chinês a fim de “profissionalizar” o sistema estatal de produção e impulsionar uma modernização econômica de mercado iniciada em 1978. O sistema *danwei*, o qual embutia nas empresas estatais as funções produtivas e também sociais e culturais, foi sendo desarticulado para que o enfoque das empresas se tornasse a qualificação de suas funções primordiais. A criação originalmente de 149 grandes conglomerados estatais responsáveis pelos efeitos de encadeamento e situados no núcleo da estrutura produtiva chinesa orientaram o caminho chinês com a finalidade de qualificação da economia chinesa e uma outra inserção geoeconômica (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 179).

A partir da década de 1990, a China foi se aprimorando economicamente e assumindo melhores posições nas cadeias globais de valor, podendo incorporar uma dinâmica *export-led* e *investment-led*. As empresas estatais tiveram tempo para se preparar para as mudanças institucionais e o estabelecimento de novos parâmetros de medição de eficiência permitiram uma qualificação da produção e também da posição do Estado liderado pelo Partido Comunista na planificação da economia (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 149).

A inserção geoeconômica chinesa e as transformações ocorridas durante a década de 1990 ensejaram uma qualificação econômica, refletindo em pautas de exportação mais concentradas em produtos com alto nível de P&D, como aeroespacial, telecomunicações, química fina e eletrônicos. A China tornou-se o centro da manufatura mundial com 28% da produção. Porém nessa etapa da história o país decidiu por aprofundar seu caminho pela soberania nacional com uma maior dominação de cadeias produtivas sensíveis dentro da 3ª Revolução Industrial e da Indústria 4.0 (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 56). Manufaturas com alto grau de P&D cresceram de 5,90% para 17,94%. Ainda houve aumento das manufaturas intensivas em escala (automóveis, eletrodomésticos, entre outros), que passaram de 15,62% para 20,04% (PRESTES; ESPÍNDOLA, 2023, p. 153).

O 11º Plano Quinquenal (2006 – 2010) chinês foi um dos pontos de virada dentro desse processo histórico chinês. O Plano propôs um desenvolvimento mais coordenado e uma movimentação interna que indicava um desenvolvimento “menos focado no caráter

quantitativo da produção e mais no qualitativo, e que se expressa principalmente na busca pela subida nas cadeias globais de valor via políticas intensivas no setor de C&T” (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 280).

O processo de qualificação das exportações se acentuou após 2010. Uma parcela significativa do comércio chinês com o mundo concentrou-se em bens de média e alta intensidade tecnológica, e mais de 90% das vendas foram produtos manufaturados. A qualidade das exportações também foi se dando com a diversificação de parceiros comerciais e almejo por maior autossuficiência (PRESTES; ESPÍNDOLA, 2023). Em retrospectiva, a China fabricava para exportação petróleo e bens agrícolas na década de 1980 e, nos anos 1990, concentrava-se em brinquedos, têxteis e calçados. Portanto, a China saiu das pautas voltadas a recursos naturais e dos bens de consumo imediatos (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 50).

Os investimentos externos da China cresceram vertiginosamente após 2011 e atingiram seu pico em 2016 com 216 bilhões de dólares, situação essa que representou a maestria no reposicionamento da economia chinesa, passando de um estoque de US\$ 9 bilhões, em 1992, para o valor de US\$ 366 bilhões, em 2010 (PRESTES; ESPÍNDOLA, 2023, p. 155). “Desde 2013, a China é o país de maior volume de comércio exterior no mundo [...], tornando-se também grande exportadora de capitais via investimentos direto no exterior (US\$ 0,8 bilhão em 1990 para US\$ 101,9 bilhões em 2017)” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 144). Tornou-se também o 2º maior receptor de investimentos externos e progressivamente aumenta a capacidade do seu mercado interno (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 285), assim como virou o maior parceiro comercial de 130 países no mundo (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 53).

A modernização chinesa refletiu-se na expansão comercial e num plano de inserção geoeconômica, possibilitando avanços de suas empresas e de sua estratégia global. Então, incorreu-se no *Going Global* de 1999, caracterizado pelo processo de internacionalização das empresas chinesas, conferindo novo rumo à política externa do país (SILVEIRA; MONTANHA, 2024, p. 129). Apenas um Estado com um planejamento considerável, uma planificação do comércio exterior e empresas estatais em

consonância com objetivos nacionais poderiam emplacar uma empreitada como a Nova Rota da Seda, ou Iniciativa Cinturão e Rota, de 2013.

A Iniciativa empurrou um redirecionamento da supercapacidade ociosa em bens de capital, financiamento e *know-how* em serviços de engenharia para uma inserção geoeconômica no contexto de ascensão econômica chinesa nas cadeias globais de valor e internacionalização das empresas, principalmente estatais, e exportações de serviços (PAUTASSO; NOGARA, 2024 p. 77).

Todo esse projeto foi delimitado por um Estado planejador e consciente de suas necessidades internacionais e a visão de integração com países em desenvolvimento e polos demandantes de bens públicos e infraestrutura. Foram objetivos evidentes da Nova Rota da Seda a ânsia pela expansão das empresas, a diversificação de parceiros comerciais e saídas para pontos de estrangulamento do comércio, como no dilema do Malaca, e impulsionar o papel gravitacional da China sem incidir em um imperialismo norte-americano (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 77).

A proposta chinesa de conexão possui um potencial de “proporcionar uma integração global mais inclusiva, com menos assimetrias entre o marítimo e o terrestre, o urbano e o rural, os países desenvolvidos e os em desenvolvimento” (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 77). Assim, a Nova Rota da Seda centra-se em “cinco fatores de conectividade, nomeadamente: 1) comunicação política; 2) conectividade de infraestrutura; 3) comércio desimpedido; 4) circulação monetária; 5) entendimento entre pessoas” (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 77).

O projeto da Nova Rota da Seda é realizado por cooperações ganha-ganha e maior facilidade de trocas tecnológicas em relação aos países ocidentais centrais. Ainda assim, salienta-se que o país receptor de investimento precisa desenvolver um projeto nacional e os setores aptos a avançar, além de verificar as tendências mundiais e aprimorar o nível das relações com países dispostos a negociar bens públicos, nesse caso a China (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 79).

O socialismo do século XXI utilizou-se de táticas desenvolvimentistas asiáticas em algum grau, mas ultrapassou as barreiras políticas que limitaram, por exemplo, Japão e Coreia

do Sul. Esse governo chinês foi produto do Estado Revolucionário fundado em 1949 da síntese com o Estado desenvolvimentista de certo tipo asiático pós-1978. Políticas em comum se deram como: substituição de importações, expansão das exportações com cada vez maior valor agregado, como se deu na década de 1990 na China, desvalorização cambial e incremento da competitividade, acúmulo de reservas internacionais, integração do mercado interno, altas taxas de investimento, baixas taxas de juros e sofisticação tecnológica (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 146).

Por outro lado, as divergências se acentuam por alguns elementos, tais como: um “Eterno *New Deal*”; a inexistência de uma economia financeirizada, característica essencial do capitalismo após os anos 1970; a capacidade de coordenação de investimentos relacionados a um núcleo produtivo composto por grandes conglomerados estatais e por um setor financeiro público, responsáveis pela criação de bens públicos e pelo suporte a déficits públicos; e um planejamento voltado à eliminação do desemprego e planejamento da destruição criativa, utilizando-se da razão como instrumento de governo em escala e velocidade sem precedentes (JABBOUR et. al, 2020). A China foi hábil em fugir de constrangimentos da financeirização e tornou-se capaz de produzir suas próprias tendências a partir de seu planejamento e um setor financeiro voltado ao *catching-up* tecnológico, além de altas taxas de investimento com foco no longo prazo.

O nível de interferência do governo supera, como verificado por Jin (2024, p. 95), o do capitalismo Ocidental, revelando a noção de que a China é liderada pelo Partido Comunista em um projeto de desenvolvimento de longo prazo e propício a adaptações dependendo do contexto histórico, assim como o foi durante boa parte de sua história como visto nos debates sobre o *Guanzi*. A complexidade da Formação econômico-social (FES) chinesa é enxergada nas diversas formas de produção que possuem o Estado como coordenador geral. A quantidade de conexões, como no campo acionário, e de créditos do governo central ou local faz com que, no mínimo, 1/3 do capital privado esteja intrinsecamente ligado ao Estado (JIN, 2024, p. 96).

Observando-se o processo histórico, pode-se concluir que as reformas econômicas e o espírito nacionalista geraram uma síntese e uma dinâmica apta a organizar e socializar

os investimentos unidos a um Partido Comunista que é estimulada a lançar mão de cíclicas inovações institucionais e constantes soluções (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA, 2020, p. 23). No trabalho de Jabbour e colaboradores (2020) os autores apresentam quatro noções principais: a) superação da incerteza keynesiana; b) planificação da destruição criativa; c) soberania monetária e d) pacto tácito de adesão. Sobre a economia do projetamento, ela foi estruturada na obra de Ignácio Rangel intitulada “Elementos da economia do projetamento” (1959), e se deu a partir da análise de uma forma empresarial fora do sistema de preços (JABBOUR, 2025).

Dessa maneira, a visão rangeliana trata da:

[...] economia mais avançada baseada em projetos da época da União Soviética e também da reconstrução europeia, ambos marcos fundamentais da economia do projetamento. Em tese, o projetamento é algo intermediário ao plano, embora hoje, para nós, ele represente um salto qualitativo em relação ao planejamento. Ele é a expressão máxima da capacidade humana de construir o seu destino a seu bel-prazer, respeitando as leis da natureza e da sociedade.

Economias baseadas em projetos existiam dos dois lados da Cortina de Ferro: na União Soviética, pela socialização dos meios de produção, e na Europa Ocidental, pela utilização da socialização de investimento e do princípio da demanda efetiva, como forma de domar o ciclo econômico (JABBOUR, 2025).

Consequentemente, a economia do projetamento foi tomando robustez ao analisar economias encarregadas pela realização de inúmeros projetos e o papel de coordenação estatal na restrição da lei do valor a partir de pacotes fiscais, pelo lado capitalista, e a apreensão da mais-valia e os trustes estatais pelo lado socialista. Rangel acompanhava três experiências fundamentais do século XX: 1) “a Revolução Russa, que tornou possível o planejamento econômico; 2) o desenvolvimento da economia monetária e 3) do keynesianismo e o consenso criado em torno dele” (JABBOUR; DANTAS; ESPÍNDOLA, 2020, p. 19).

O projetamento também se dá em duas frentes, *nôumeno* e o fenômeno, o primeiro mais relacionado com a história e o segundo com a prática. Enquanto a economia se desenrola, as teorias necessitam ir se comprometendo com a realidade. O capitalismo, na época de Rangel, apresentava-se de modo mais prático com as teorias keynesianas e, em um sentido mais histórico, a dinâmica soviética tendia para uma superioridade

com a planificação socialista e empresas atuando fora do sistema de preço (JABBOUR et. al, 2020, p. 26).

Ainda que o projeto esteja mais relacionado com a visão das empresas e a produção, é preciso ter em mente que essa intermediação com o plano é elevada a uma dinâmica econômica mais avançada, unificando micro e macroeconomia, sendo que a economia do empresário vai se subordinando ao bem coletivo. Há uma troca entre micro e macro, plano e projeto (JABBOUR, 2025).

A economia do projeto detém como base essencial as noções da restrição da lei do valor e o princípio da utilidade dentro da dinâmica custo/benefício. Uma sociedade do projeto deve se voltar à construção de imensos valores de uso que vão se afastando da categoria valor em si. Na medida em que um outro modo de produção é capaz de elevar suas forças produtivas a um nível elevado, o projeto consegue basear-se pela utilidade sintetizada na relação custo/benefício e a apreensão social da riqueza. Esse mecanismo governamental é possibilitado pela instrumentalização da razão nas políticas de Estado em seu desejo por uma sociedade de pleno emprego ao mesmo tempo em que rumo a um *catching-up* tecnológico em um contexto de restrição da lei do valor (JABBOUR et. al, 2020, p. 28).

Como se ajusta ao processo histórico em análise, a dinâmica econômica da China no século XX e XXI protagoniza situações superiores de planejamento na chamada Nova Economia do Projeto que foi encontrando saídas para seu atraso econômico, interno e externo, na combinação de mercado e Estado chefiada por um bloco de poder orientado ao socialismo. A Nova Economia expande milhares de projetos simultâneos em articulação com os planos responsáveis por grandes visões de Estado (JABBOUR; DANTAS, 2021, p. 304). As noções de superação da incerteza keynesiana e planificação da destruição criativa são relevantes para a realidade da Nova Economia do Projeto, pois a razão na China pode ser colocada a resolver pontos de estrangulamento e constituir conscientemente contradições que consigam ser solucionadas.

É importante ressaltar que a incerteza advém também de um fator político, que é atenuado pelo controle do setor produtivo pelas grandes empresas estatais que geram os efeitos de encadeamento e o sistema público financeiro e seu ciclo de acumulação fora da financeirização do capitalismo mundial. Pode-se inferir planejamento na elevação da renda para consumo juntando “diminuição e possibilidade de superação da incerteza keynesiana e a planificação da destruição criativa – via geração de empregos vis a vis com o aumento da produtividade” (JABBOUR et al., 2020, p. 32), já que as elucubrações econômicas chinesas são movidas pelo fim do desemprego como princípio e pelo fomento de demanda concomitantemente a um sistema voltado a alcançar a fronteira tecnológica em áreas estratégicas da economia mundial. Assim, essa FES é articulada por um Estado planejador que supera amarras do desemprego e também barreiras contra a inovação tecnológica. Uma característica chinesa está no fato de “a socialização do investimento combinar uma política econômica mais favorável ao investimento privado” (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 6), com o Estado a se responsabilizar em ser um “emprestador” de última instância e um investidor de primeira instância.

A soberania monetária deve se dar a partir de mecanismos estatais de controle da conta de capital e acúmulo de reservas internacionais para que a moeda estatal possa cumprir seu papel alinhado com políticas de investimento e inovação. Como exemplo, nas últimas décadas a taxa de investimento da China ultrapassou os 40% e 95% das dívidas foram feitas em moeda nacional dentro de um sistema financeiro controlado pelo Estado (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 205).

A soberania permite a entrega de bens públicos e resistência a déficits públicos, assim como um alto investimento e créditos direcionados preferencialmente a empresas estatais preocupadas com projetos de longo prazo. Essa característica se associa à realidade de que o Estado investe e estimula a riqueza e, assim, gera oportunidades para a criação da moeda, já que a rejeição ao Consenso de Washington e à financeirização induz a economia chinesa a ter, em contrapartida a essa dinâmica monetária, uma imensa criação de bens e serviços públicos (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 200).

Dessa forma:

o papel do crédito na sustentação do esforço nacional chinês é latente na medida em que as reformas econômicas desembocam na formação de uma economia monetária de produção na metade da década de 1990. Enquanto os sistemas financeiros em geral têm se transformado em nascedouros de crises econômicas, o sistema financeiro chinês tem permanecido incólume desarranjos financeiros internacionais. Estímulos fiscais e monetários foram amplamente utilizados, por exemplo, ao enfrentamento da crise financeira internacional de 2008 (JABBOUR et. al, 2020, p. 40).

Tendo que tomar tarefas relacionadas à construção do socialismo do século XXI e ao progresso econômico, o pacto tácito de adesão, a quarta noção essencial da Nova Economia do Projeto, permite uma segurança e estabilidade coletiva envolvendo os agentes da sociedade chinesa dentro do projeto nacional de desenvolvimento. A experiência histórica imputou ao governante chinês a responsabilidade de cuidar dos seus “súditos” sob o risco de perda do Mandato do Céu, e o Partido Comunista Chinês (PCCh) encabeçou a liderança nacional com versatilidade. Em relação às mudanças pós-1978, o igualitarismo da época de Mao foi se desfazendo e a China enfrentou problemas de desigualdade extrema.

A capacidade do Estado chinês em se adaptar no desejo pelo desenvolvimento das forças produtivas e atenuar as mazelas sociais produzidas nesse período refletiu-se na abolição da extrema pobreza em 2021 e a instituição de leis trabalhistas mais rigorosas, assim como o aumento salarial acima da produtividade durante o século XXI (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 275). Não por acaso, o estudo de Cunningham e colaboradores (2020), identificou que, entre 2003 e 2016, houve aumento quase universal da satisfação da população chinesa no que concerne à performance estatal nos quatro níveis governamentais. Em relação ao governo central, a confiança do povo chegou a 93% (CAMBUHY; SIQUEIRA NETO, 2020, p. 277). O PCCh, dessa forma, ocupa papel central no diálogo com diferentes agentes da sociedade, inclusive a burguesia, e direciona os rumos principais a serem tomados. A combinação de formas de produção distintas convivendo entre si sob a liderança do PCCh também possui relação com a própria história do Partido e seus anos de aprendizagem pré- Revolução de 1949, como apontou Losurdo (2001).

Considerações finais

Este texto possibilitou aprofundar sobre o momento histórico de ascensão chinesa após a Revolução de 1949, com atenção para as adaptações posteriores a 1978 e com o enfoque no século XXI, culminando com uma visão de expansão comercial e de suas capacidades produtivas, principalmente a partir da Nova Rota da Seda. As transformações desse novo tipo de globalização são inúmeras na região Sul-Sul em comparação com o mundo unipolar neoliberal da década de 1990. As construções de infraestrutura e investimentos em energia, além de maiores facilidades para trocas tecnológicas podem impulsionar processos de desenvolvimentos nacionais, caso a nação em questão esteja disposta.

Sendo o maior parceiro comercial de tantos países, a China demonstra o direcionamento para um novo modelo de desenvolvimento mundial, com parcerias ganha-ganha, facilidades de trocas de conhecimento, entrega de bens públicos, desenvolvimento de polos regionais e uma inserção internacional através de sua política comercial costurando um novo polo gravitacional. Esse vai se transformando no que há de mais dinâmico no sistema econômico mundial do século XXI e se coloca como fundamental para solucionar pontos de estrangulamento no subcontinente latino-americano (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 98).

A China, segundo seus governantes, rumo a um modo de produção superior ao capitalista. Contudo, essa transição ao comunismo é histórica, contraditória e pode demorar mais ou menos tempo de acordo com variáveis internas e externas. Para os pensadores Elias Jabbour e Alberto Gabriele (2021) esse período de transição entre o capitalismo e o comunismo, chamado de socialismo, nem sequer era considerado um modo de produção para Marx. Entretanto, a realidade determinou que essa “etapa” demandasse enfrentamento de desafios geopolíticos e de desenvolvimento alongado das forças produtivas e a China soube se readaptar para responder à altura os desafios no contexto do declínio soviético. (LOSURDO, 2020).

Dessa maneira, o Estado chinês liderado pelo Partido Comunista consegue driblar o capitalismo mundial ainda dominante e que se encontra de modo intrínseco com a financeirização econômica derivada da década de 1970. O país asiático cria suas próprias tendências a partir de um sistema financeiro público essencial para o sistema nacional de inovação tecnológica, sendo esse uma organização primordial para o aumento da produtividade do trabalho e do planejamento econômico. Dentro dessa FES, os créditos e incentivos financeiros são direcionados preferencialmente a empresas estatais, instruídas a cumprir objetivos de Estado. O núcleo produtivo encontra-se nesses grandes conglomerados estatais e os setores “pesados” de capital-intensivo, em referência ao *Guanzi*, como informação e comunicação, infraestrutura e energia são controlados pelo Estado (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

Thompson enfatiza a importância do historiador ter que ir se adaptando às mudanças temporais e modificar a teoria quando essa não dá conta de novos fenômenos e processos históricos (2001). Os autores Jabbour, Dantas e Espíndola (2020), apontam para o fato de não se tratar de um milagre, ou seja, de um processo inexplicável, mas sim parte da história da humanidade, com todos seus avanços e contradições.

Explicações simples sobre a China enfatizando apenas uma orientação keynesiana não conseguem abranger uma espécie de “eterno *New Deal*” chinês e nem o tamanho da coordenação estatal na economia. Visões mais ortodoxas que apontam para um suposto Estado mínimo chinês são desmoralizadas a partir de exemplos como a construção de um hospital em nove dias durante a crise da pandemia da Covid-19, o crescimento das linhas de trens de alta velocidade de maneira não vista em nenhum outro lugar do mundo, e a atuação das grandes empresas chinesas no núcleo produtivo da economia (JABBOUR et. al, 2020, p. 19).

No que concerne ao Brasil, os processos de desmantelamento de cadeias produtivas industriais após 2016 e redução da relação com países da região americana durante o período 2016-2022 facilitaram o preenchimento desse espaço vazio pela China. As trocas comerciais cresceram bastante durante o século XXI entre China e Brasil, contudo a não entrada brasileira na Rota de 2013 impede uma maior liderança brasileira no subcontinente e afeta o nível de investimentos (PAUTASSO; NOGARA, 2024, p. 103).

Referências Bibliográficas

- CAMBUHY, Melissa; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Planejamento, inovação e consumo construindo a “sociedade harmoniosa” chinesa. In: *Geosul*. Florianópolis: UFSC, 2020, v. 35, n.º 77, p. 270-295.
- HOLCOMBE, Charles. *A history of East Asia: from the origins of the civilization to the twenty-first century*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2011.
- JABBOUR, Elias. Elias Jabbour explica o socialismo do século XXI na China a partir da nova economia do projeto. *Fundação Maurício Grabois*, 2025. Disponível em: <https://grabois.org.br/2025/12/12/elias-jabbour-socialismo-seculo-xxi-projetamento-china/>. Acesso em: 04 de jun. de 2026.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. *Ignácio Rangel na China e a “nova economia do projeto”*. IN: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, 2021, v. 30, n.º 2, p. 287-310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/jtzRs3jDcK5gGBzSqrWzMn/?format=html&lang=pt>. Acesso em 04 de jun. de 2026.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a “nova economia do projeto”. IN: *Geosul*. Florianópolis: UFSC, 2020, v. 35, n.º 75, p. 17-42. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p17>. Acesso em 04 de jun. de 2026.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos José; VELLOZO, Júlio. A (Nova) Economia do Projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. In: *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77609>. Acesso em 30 de maio de 2026.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando DE. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/spBf9YHJPZCNzc9QhGNKMMB/?lang=pt>. Acesso em 26 de maio de 2026.
- JIN, Keyu. *A nova China: para além do socialismo e do capitalismo*. São Paulo: Edipro, 2024.

- LOSURDO, Domenico. A China regrediu ao capitalismo? Reflexões sobre a transição do capitalismo para o socialismo. *Marxists*, 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/2001/mes/china.htm>. Acesso em 04 de jun. de 2026.
- _____, Domenico. *Colonialismo e luta anticolonial*. Jones Manoel (org.). Tradução de Diogo Silveira. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: ROIO, Marcos Del (org.). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*: Oficina Universitária; São Paulo: Ícone, p.145-200, 2008.
- MANSO, Miguel. Socialismo chinês e a superação do ineficiente capitalismo monopolista financeirizado. *Fundação Maurício Grabois*, 2025. Disponível em: <https://grabois.org.br/2025/05/15/socialismo-chines-e-a-superacao-do-ineficiente-capitalismo-monopolista-financeirizado/>. Acesso em 04 de jun. de 2026.
- PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago. *A China e a Nova Rota da Seda: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense*. São Paulo: Editora da Cultura, 2024.
- POMAR, Milton. *O sucesso da China socialista. 1949-2025: de país muito pobre a maior economia mundial*. Florianópolis: Editora Insular, 2023.
- PRESTES, Valdeir de Oliveira; ESPÍNDOLA, Carlos José. A China na economia mundial pós-2000: para além das estratégias imperialistas e geopolíticas. IN: *Geosul*. Florianópolis: UFSC, 2023, v. 38, n.º 86, p. 147-175. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/89799>. Acesso em 04 de jun. de 2026.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVEIRA, Rafael Bernardo; MONTANHA, Otávio Cascaes. Análise das relações geoeconômicas Brasil-China no período 2013–2023. IN: *Entre-Lugar*. Dourados: UFGD, 2024, v. 15, n.º 30, p. 108-139.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Negro; Sérgio Silva (org.). Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- VIDAL, Iara. Elias Jabbour: a reindustrialização do Brasil pode passar pela China. *Socialismo Criativo*, 2021. Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/elias-jabbour-a-reindustrializacao-brasileira-passa-pela-china/>. Acesso em 04 de jun. de 2026.

Data de Submissão: 28/06/2026

Data da Avaliação: 28/08/2026